



v. 10, n. 1: 26.º Encontro do Proler Joinville (out. 2020) / 11º Seminário de Pesquisa em Linguagens, Leitura e Cultura – 2021 – ISSN 2316-395X

O autocontrole dos corpos vivos e mortos

Living and dead bodies' self-control

El autocontrol de los cuerpos vivos y muertos

Angelita Borba de Souza¹

Resumo: A intensificação dos processos que buscavam o autocontrole dos corpos e a produção de indivíduos livres e autônomos pode ser entendida como o início de um longo processo de racionalização das atitudes que atingiu não apenas a vida em sociedade, mas também a morte. A internalização do controle de si, que culminou na submissão espontânea de corpos e mentes, é também responsável por mudanças empreendidas nos rituais de morte e de luto observados entre os séculos XVIII e XIX. Este artigo procura discutir as sociabilidades presentes principalmente na sociedade oitocentista, que buscou a liberdade, a movimentação urbana e o indivíduo e experimentou sensações como a ansiedade e o medo ao deparar com incertezas e silêncios. A denominada morte de si, a ou seja, a repressão de características inerentes e o enquadramento das atitudes e até mesmo dos pensamentos são trazidos e discutidos por meio de análise bibliográfica para que, em um segundo momento, sejam relacionados às transformações observadas nos rituais de morte e também no trabalho do luto. Com base nesse levantamento, objetiva-se problematizar os processos de luto e morte no Brasil nos últimos anos do século XX, momento em que empresas funerárias surgiram no mercado funerário e as famílias aos poucos

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade Universidade da Região de Joinville (Univille).

foram afastadas do controle da morte e do morrer. Essa discussão faz parte de uma pesquisa em andamento que debate o papel da morte e seus rituais como elementos de reorganização das sociedades atingidas.

Palavras-chave: autocontrole; morte; luto; sociedade oitocentista; sociedade atual.

Abstract: The intensification of procedures that looked for the bodies' self-control and the production of free and autonomous individuals can be understood as the beginning of a long rationalization process of attitudes that reached not only society life, but death too. The self-control internalization, which culminated in body and minds natural submission, is also responsible for changes undertaken in mourning and death rituals observed between the 18th and the 19th century. This article discusses the presence of sociabilities in the 19th century society, that searched for freedom, urban and individual's movement and that experienced sensations such as anxiety and fear when ran into uncertainties and silences. The so-called self-death, that is, the repression of inherent characteristics and the framework of attitudes and thoughts are brought and discussed through bibliographic analysis, so that, in the second moment, they can be related to the transformations observed in death rituals and in mourning practices too. Based on this data, it is proposed to problematize the mourning and death practices in the last years of the 20th century in Brazil, when funeral companies appeared and the raise of the funeral market was observed, as well as families were gradually removed from the death and death control. This discussion is part of an ongoing investigation that brings on the role of death and its rituals as elements of the affected societies reorganization.

Keywords: self-control; death; mourning; 19th century society; current society.

Resumen: La intensificación de los procesos que buscaban el autocontrol de los cuerpos y la producción de individuos libres y autónomos puede ser entendida como el inicio de un gran proceso de racionalización de las actitudes que alcanzaron no apenas la vida en sociedad, pero también la muerte. La interiorización del control de sí, que culminó en la sumisión espontánea de cuerpos y mentes, es también responsable por cambios realizados en rituales de muerte o luto observados entre los siglos XVIII y XIX. Este artículo procura discutir las sociabilidades presentes principalmente en la sociedad dieciochesca, que buscó la libertad, la movilidad urbana y del individuo y probó sensaciones como la ansiedad y el miedo al encontrar inseguridades y silencios. La llamada muerte de si, o sea, la represión de características inertes, el marco de las actitudes y hasta de los pensamientos son mostrados y discutidos por medio del análisis bibliográfico para que, en un segundo momento, sean relacionadas las transformaciones observadas en rituales de muerte y también en el trabajo del luto. Con base en ese levantamiento, objetivase problematizar los procesos de luto y muerte en Brasil en los últimos años del siglo XX, momento en que empresas funerarias aparecerán en el mercado funerario y las familias a los pocos fueran alejadas del control de la muerte o del morir. Esa discusión hace parte de una investigación en curso que debate el papel de la muerte y de sus rituales como elementos de reorganización de las sociedades afectadas.

Palabras clave: autocontrol; muerte; luto; sociedad dieciochesca; sociedad actual

TRAJETÓRIAS DA MORTE: RAÍZES DO MEDO

A simples desconfiança da aproximação da morte, as memórias acerca do momento do desenlace e os assuntos relativos a cemitérios ou rituais fúnebres causam estranheza,

perplexidade e medo nas sociedades atuais que se esforçam em não tocar em assuntos sobre o passamento. Vemos reações desde dor/desespero daqueles que perderam entes queridos há pouco tempo até alívio daqueles que assistiram ao sofrimento extremo dos amados ausentes. Por que não estamos preparados para o único evento de que todos os seres humanos têm certeza de que vão participar como personagem principal? O senso comum responde-nos que o medo da morte está ligado ao desaparecimento, à dor, à despedida dos familiares, ao fim dos sonhos e desejos. Não discordamos do excerto, entretanto compreendemos que a morte, seus rituais e as memórias relativas à sua passagem estão atravessados por muitas relações sociais, afetivas, culturais e que podemos entender esse fenômeno mais profundamente se nos propusermos a observá-lo melhor.

O termo *escatologia*, que designa a doutrina dos fins últimos, isto é, o corpo de crenças relativas ao destino final do homem e do universo (LE GOFF, 2003), é presença marcante entre os pesquisadores das religiões que se lançam ao desafio de entender os caminhos percorridos pelos homens ao longo de sua história e o destino final das populações. Seja pela ação de maldição, cornetas, epidemias, trevas (explicação religiosa), seja pela era atômica (explicação secular), elementos escatológicos desastrosos estão no imaginário coletivo e influenciam negativamente os pensamentos referentes à finitude.

Seguidores de milenarismos e messianismos que aguardavam a chegada de um salvador para encaminhá-los ao paraíso encontraram resistência no cristianismo, que acreditava já ter encontrado o messias, Jesus. A Igreja Católica esforçava-se em convencer seus fiéis de que os membros do clero eram os guias para um mundo puramente espiritual, sem dores ou infelicidades. A ideia da escatologia individual (LE GOFF, 2003), que pregava a necessidade de aproximação com a Igreja e de obediência aos seus ensinamentos como maneira de ascender à salvação no julgamento final, atingiu fortemente as consciências das comunidades católicas medievais, que se submeteram aos ensinamentos e contribuíram para deixar marcas profundas nas tradições e culturas religiosas dos séculos posteriores. Uma das marcas mais profundas foi a busca das populações por enterros no interior das igrejas, os denominados enterros *ad sanctos*, que eram reconhecidos pelos fiéis como facilitadores da salvação por aproximarem os defuntos dos santos e da oração incessante. A busca pelo túmulo eclesiástico atingiu fortemente os países onde o catolicismo se fez presente não apenas na Idade Média, mas também nos séculos seguintes, quando “pouco importava a destinação exata dos ossos, contanto que permanecessem perto dos santos ou na igreja dentro de seus limites sagrados” (ARIÈS, 2012, p. 46).

Segundo Rodrigues (2005), a escatologia individual teve como base a crença de que, logo após a morte, haveria um julgamento individual, no qual seria decidido o destino da alma: o paraíso, o inferno ou o purgatório. No século V, Santo Agostinho contribuiu de maneira decisiva na definição das penas purgatórias, que se localizam entre a morte e a ressurreição final, momento em que os pecadores poderiam ter suas dores aliviadas pela intercessão dos vivos. A purificação necessária, ou seja, a passagem pelo purgatório, atenderia aos cristãos não inteiramente bons – que representavam a grande maioria (VOVELLE, 2010). A ideia dessa salvação descrita por Vovelle (2010) retroalimenta um sistema de conexões entre vivos e mortos, em que os vivos têm responsabilidades no destino dos mortos. Se, enquanto vivos, os fiéis se submetessem ao sacrifício para livrar os mortos do fogo do inferno e contribuíssem para uma passagem rápida pelo purgatório, quando estivessem mortos também seriam beneficiados.

A Igreja Católica esforçou-se para que esse sistema não sofresse interrupções e utilizou uma série de ferramentas para reforçar o imaginário dessa conexão entre os vivos, os mortos e ela. “A elaboração da liturgia dos mortos, ao longo da Idade Média, pela qual o clero se tornou o interlocutor privilegiado entre os vivos e os mortos, por meio de orações e de missas em intenção das almas” (RODRIGUES, 2008, p. 260), colaborou de forma

definitiva para a substituição da gerência predominantemente doméstica e familiar do culto dos mortos pela gerência da Igreja.

Auxiliada por manuais e cartilhas, a instituição religiosa tornou-se pouco a pouco responsável por ensinar o caminho para a eternidade tranquila, ou, se necessário, para uma passagem rápida pelo purgatório. A devoção e a crença nesses destinos eram reforçadas por meio de sermões e conselhos do clero e de ferramentas ilustrativas muito poderosas. Dois exemplos desse forte aparato são *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão* e *Ars moriendi*. O “manual da morte”, obra rara da literatura eclesiástica (CASTRO, 1627), propõe-se a ensinar o modo correto de se preparar para o passamento, e “a arte de bem morrer” apresenta um conjunto de textos e imagens que descrevem e ilustram a morte, o juízo final e o purgatório durante os séculos XIV e XV.

Oferecendo ferramentas que desenvolveram, ao longo da Idade Média até o fim da Idade Moderna, nos países de maioria católica, aproximação entre a Igreja e a gerência dos rituais fúnebres, os interlocutores promoviam uma pedagogia do medo e, ao mesmo tempo, a imagem da salvação pela confissão, o respeito aos sacramentos, o preparo para a morte, a produção de testamentos, entre outros. Em outras palavras, foi criado um sistema de controle de corpos e mentes que esteve presente no cotidiano do medievo, sofrendo alterações muito pequenas ao longo de toda a Idade Média e que permaneceu em séculos seguintes com a perspectiva de alargamento, porém novos olhares sobre o destino dos homens surgiram com a modernidade, e as perspectivas de ampliação do discurso do controle da morte foram atingidas, causando uma verdadeira reviravolta.

DESDOBRAMENTOS DA MODERNIDADE NOS CORPOS E NAS MENTES

Atitudes diante da morte, rituais e sua conexão com a religiosidade católica foram recebendo novas camadas de significação que alteraram de maneira lenta, mas completa, a relação entre o fenômeno e as pessoas. A chamada consciência moderna e o incentivo ao individualismo tocaram os rituais fúnebres e deixaram marcas importantes na história da morte.

Questionamentos a respeito de dogmas e a secularização e a valorização da ciência estiveram presentes nas discussões das sociedades modernas, que se empenharam em limitar o poder eclesiástico problematizando a escatologia cristã. A salvação entendida como prêmio de consolação após toda uma vida de sofrimento e privações na Terra não convencia mais a população, que observava os avanços e os novos paradigmas da sociedade:

Doutrinas seculares abdicam de uma distinção rigorosa entre além e aquém, entre eternidade e mundo, entre espiritual e secular. Todos esses esquemas interpretativos estão sujeitos ao imperativo de solucionar os problemas e desafios do tempo histórico dentro do próprio tempo histórico. Todos os pares, de oposição dualistas de origem cristã se dissolvem sob a precondição, considerada de validade geral, de que o tempo mundial da história não só evoca problemas, mas também provoca suas soluções (KOSELLECK, 2014, p. 171).

As sociedades medievais, que viviam o tempo pautado pela natureza, passaram a viver o tempo pautado pela técnica e a ideia de aceleração do tempo, que correspondia à desnaturalização da experiência temporal que se conhecia até então. Descobertas realizadas no século XVI em diante consolidaram a esperança da sociedade moderna, trazendo em um curto espaço de tempo transformações que precisariam de séculos para se efetivar anteriormente.

Se durante a Idade Média a salvação se encontrava no fim da história de cada indivíduo (no além), a sua vida já estava predeterminada em estamentos fixos e a velocidade da sociedade era operada de acordo com o tempo de Deus, observou-se uma viragem impressionante no século XVI e com mais intensidade no século XVII. A possibilidade do domínio da natureza prometeu colocar em marcha o progresso na história e o destino dos homens nas mãos dos homens, que poderiam finalmente controlar suas vidas e organizar a sociedade. A esperança passava a estar no futuro de salvação no aquém, não no além. Não haveria mais a “expectativa escatológica religiosa, mas a experiência do sucesso tecnológico, que, em períodos cada vez mais curtos reuniu redes de comunicação humana e aumentou a produtividade” (KOSELLECK, 2014, p. 181).

Com esse novo entendimento do cotidiano e da história das populações, desenharam-se novos comportamentos e organizações sociais que buscavam se inserir nas facilidades e possibilidades que prometiam o abandono do sagrado e a adoção de uma vida secular e se beneficiar delas.

A oxigenação dessas ideias também tocou o processo de urbanização que se desenvolvia. O sociólogo e historiador Richard Sennett (1997), que produziu obra analisando o corpo humano e as descobertas científicas, destaca que no iluminismo do século XVIII as ideias de circulação do sangue, respiração e saúde foram aplicadas na projeção dos centros urbanos objetivando o fluxo livre e sem interrupções. A mobilidade na multidão, a busca por sobrevivência e a velocidade deram a tônica da nova sociedade moderna, que trazia, com base nos ideais iluministas, a possibilidade de atingir a felicidade e a liberdade neste mundo, e não em um além incerto, como nos séculos anteriores. Contudo, apesar da possibilidade de serem alcançadas nessa vida, a felicidade e a liberdade não eram de fácil acesso e também se mostraram, da mesma forma que a salvação na escatologia cristã, como objetivos a serem alcançados a longo prazo.

A escatologia cristã, que possibilitava ao ser humano se refugiar no além para purgar os erros e receber uma segunda chance de salvação, oferecia um alento que a modernidade usurpou. Na nova sociedade as possibilidades de felicidade, progresso e realização estavam disponíveis no presente e era preciso viver o aqui e o agora, assumindo a responsabilidade sem contar com a intercessão externa. O presente era o tempo das realizações, e o futuro, o pós-morte, não oferecia nada; não existia segunda chance.

O individualismo trouxe a promessa da felicidade, mas não previu a chegada de angústias, medos nem muito menos os desdobramentos desses sentimentos entre grupos sociais, que se perceberam cada dia mais isolados e indiferentes:

Corpos individualizados tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado. Juntos individualismo e velocidade, amortecem o corpo moderno e não permitem que ele se vincule (SENNETT, 1997, p. 264).

A individualização e a velocidade empregadas no cotidiano dos meios urbanos facilitariam o desenvolvimento econômico e ampliariam a produção de mercadorias e a distribuição destas em ruas e avenidas amplas. A livre circulação e o movimento sanguíneo, que garantem a saúde dos corpos, foram aplicados aos centros urbanos, que para atingirem o progresso e o crescimento econômico também precisariam ser pensados como espaços de fluxo livre de interrupções ou aglomerações. Médicos higienistas foram importantes e constantemente acionados para pensar a organização da cidade e planejar ambientes mais saudáveis e livres de doenças.

No que tange à morte e a seus rituais, médicos higienistas empreenderam uma dura batalha contra hábitos seculares de aproximação entre mortos e vivos. Os enterros *ad*

sanctos, no interior das igrejas, foram alvo de fortes discussões entre grupos populares e religiosos, que defendiam a sua manutenção, e os médicos higienistas, que descreviam a prática como responsável pela proliferação de miasmas e da morte.

Portanto, os novos ideais de desligamento da religiosidade católica não podem ser identificados como consenso e trazem um cenário de disputas de poder e resistências que atravessaram vários séculos e territórios onde o catolicismo se fez presente. A relação entre o corpo do morto e a sua salvação possuía vínculos profundos com o local de sua inumação, o interior das igrejas, e os rituais que envolviam o funeral. Ou seja, a proposta iluminista estendia-se para além do questionamento da salvação após a morte. Ela também atingia rituais milenares e significativos para as comunidades praticantes.

Centros urbanos pensados pela perspectiva da chegada dos ideais modernos privilegiaram a ideia de desconexão, observando que, quanto maior o distanciamento, melhor o domínio dos corpos e maior a indiferença entre os sujeitos. O corpo tornou-se objeto de fascínio, e o corpo morto atraía ainda mais a curiosidade médica, que buscava, por meio da racionalidade, desvendar os mistérios escondidos na carne, na pele, nos ossos, no esqueleto. Fragmentado e objeto de análise, o homem que viveu o século XIX pode ser identificado como um homem em crise, autômato e sem alma, mas livre.

O CONTROLE DOS CORPOS E AS NOVAS SENSIBILIDADES DIANTE DA MORTE

O corpo entendido como patrimônio em primeiro lugar de todas as pessoas foi supervalorizado e investido de poderes. Era o meio para expressar virtudes, qualidades e buscar o sustento, a ferramenta para atingir-se uma vida satisfatória. Assim, exigia cuidados e observação.

O comportamento espontâneo foi comparado ao comportamento irracional dos animais e, portanto, não compatível com a sociedade que se desejava construir. Ações espontâneas e instintivas passaram por revisões por parte da sociedade burguesa, que se consolidou no fim do século XVIII e se esforçou por produzir uma teia de ações que a diferenciava. O enquadramento das atitudes pode ser elencado como característica indispensável no pensamento burguês, que utilizou estruturas sociais para desenvolver o controle e estimular o autocontrole dos corpos.

As fábricas usavam sirenes para controlar os horários de início e término dos turnos e os inspetores controlavam a produção; as famílias reproduziam o controle dos corpos na vida privada cobrando regras de como comer, vestir-se e comportar-se em público; e os professores finalizavam o trabalho da família na cobrança de bons costumes e autocontrole dos impulsos dentro e fora de casa. A racionalização dos corpos, dos desejos, dos comportamentos nas sociedades modernas e urbanas pode ser entendida como um empreendimento de sucesso que, absorvido e internalizado, funcionava também quando os indivíduos se encontravam sozinhos, momentos em que eram acionados sentimentos de pudor, culpa ou autopunição (SCHMITT, 2010).

A padronização dos costumes e corpos acompanhou a sociedade burguesa e estendeu-se para outros grupos e tempos com o estabelecimento de um cego aparelho automático de autocontrole (ELIAS, 1994) que agia tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Práticas disciplinadoras buscavam métodos coercitivos para transformar os corpos naturais e instintivos em um corpo coagido e útil (FOUCAULT, 1998). Controlados desde a infância, os corpos deveriam reagir automaticamente conforme os padrões determinados e aqueles que não internalizassem as rígidas regras eram entendidos como débeis, corpos descontrolados, inúteis e, portanto, colocados à margem da sociedade. Seguir as regras, buscar o controle individual, aplicar a racionalidade na maneira de vestir-se, comer, conviver e principalmente abandonar as atitudes espontâneas eram o comportamento do homem civilizado e moderno.

A racionalização dos corpos, o autocontrole dos instintos, também foi observado no trato do corpo do morto:

A total racionalização do corpo fez com que, pela primeira vez na sociedade ocidental, a morte fosse entendida como uma ruptura. Não mais passagem para a vida eterna, não mais possibilidades de além vida: a morte é um fim. A experiência do óbito passa a ser traumática porque subentende não só o fim da matéria, mas de tudo. Intensifica a angústia do homem diante de seu próprio desaparecimento (SCHMITT, 2010, p. 167).

A valorização do corpo propiciou um profundo apego às coisas, às pessoas e aos bens produzidos pelo esforço físico. Com base nesse novo paradigma, a dor sentida diante do passamento foi potencializada e o apego estendeu-se aos restos mortais, que passaram a receber tratamento diferenciado, pois representavam a memória do defunto. Preservar as sobras por meio de belos monumentos ou inscrições funerárias demarcava a presença do indivíduo.

A experiência traumática popularizou rituais como fotografias *post mortem*, a prática do luto, guardar dentes, roupas e mechas de cabelo dos mortos como maneiras de reforçar o vínculo, acalmar o trauma da dor da separação e imortalizar o corpo.

A prática do luto sobressai como um ritual importante na valorização da memória do defunto. Com o desaparecimento do corpo, terminados os rituais do velório e do enterro, o luto era iniciado e exigia períodos mais ou menos longos de reclusão, dependendo do grau de aproximação entre o enlutado e o morto. A Era Vitoriana (1838–1901), observada na Inglaterra, destaca-se quando se pensa na vivência do luto absoluto, pois, diante da morte do marido, Alberto, a rainha Vitória guardou luto por mais de 40 anos, vivendo reclusa até o fim de seus dias, e influenciou seus súditos, que também adotaram a cor preta nas roupas. O luto feminino era severo e “deveria ser um sinal de afeição eterna e não o seguir corretamente era interpretado como desprezo ao marido, uma ofensa imperdoável” (SCHMITT, 2010, p. 117).

Cobrando todo o corpo com a cor preta, o enlutado silenciosamente deveria se retirar da sociedade e viver o processo de separação. O luto atingia a todos da família e também a casa do defunto, que recebia tecidos pretos pelas paredes, tinha os espelhos cobertos e os relógios paralisados na hora exata da morte. Resguardados dos compromissos em sociedade e apartados do cotidiano dos centros urbanos, os enlutados respeitavam o luto, que tinha entre seus objetivos o de impedir que os sobreviventes esquecessem demasiado cedo o falecido (ARIÈS, 2012).

A visitação das famílias para prestar condolências, a reza doméstica noturna na casa do defunto durante uma semana, cantar e chorar o morto ou falar da sua trajetória são rituais coletivos de luto que auxiliam no levantamento após o drama. A morte não atinge apenas aspectos psicológicos ou afetivos; ela compreende também o social e o cultural das famílias e comunidades que se apoiam mutuamente em rituais coletivos para sentir e viver o luto. O luto é entendido como etapa encerrada quando os agrupamentos humanos mais próximos do falecido conseguem reorganizar suas trajetórias, recuperam o desejo de viver em sociedade e iniciam a reconstrução do seu cotidiano. Em processos de luto mal sucedidos, o desejo de voltar a viver pode não acontecer, e o resultado são patologias verificadas em diversas sociedades.

A MORTE NO BRASIL: O BARULHO DA MORTE OITOCENTISTA

Algumas características observadas na vivência do luto e na organização dos funerais citadas anteriormente fazem parte do cotidiano do Brasil ao longo dos séculos. A ritualização da morte é algo muito forte no país do fim do setecentos e em todo o oitocentos. A

resistência ao abandono das práticas religiosas de inumação na igreja também esteve presente em terras brasileiras, assim como o discurso higienista, que valorizava o cemitério público.

O cotidiano da morte no Brasil oitocentista é descrito por João José Reis (1997) como um ritual repleto de significados, personagens e imprescindível na reorganização da sociedade, além de representar em muitos casos um evento social. A dificuldade da presença religiosa não era empecilho para a preparação de uma boa morte no Brasil oitocentista. Havia preocupação com: a armação da casa para o velório, que era feita com tecidos que cobriam paredes e janelas; o uso de mortalhas; a busca por parentes amigos e por todo indivíduo que estivesse vestido com decência para participar do velório e do cortejo; o consumo de muitas velas, simbolizando a abertura dos caminhos do morto nas trevas e também o esvair-se da matéria; a presença de irmandades e, se possível, de membros do clero. Essa morte ritualizada, movimentada, sofrida e barulhenta presente em terras brasileiras ficou conhecida como morte barroca.

Funerais de personalidades abastadas não poderiam ocorrer sem a presença de orquestras ou sem o repique dos sinos das igrejas. “Às vezes o exagero era tamanho que se escutavam os repiques dos sinos noite a dentro e por dias consecutivos. Outras vezes várias igrejas tocavam seus sinos ao mesmo tempo” (PAGOTO, 2004, p. 46). A morte tinha som de sinos repicando, mulheres chorando, comunidade rezando, cheiro de vela queimando, comida sendo preparada e um gosto forte de bebida. A morte feliz era a “morte ruidosa. A celebração da morte dispensava o silêncio: os pobres rezavam em voz alta, as carpideiras pranteavam, os músicos tocavam, o sacristão repicava o sino” (REIS, 1997, p. 120).

Os ritos pós-morte são apaziguadores, consistem em romper o vínculo e tornar o morto (consciente ou inconscientemente) menos ameaçador. A responsabilidade dos sobreviventes com relação ao desaparecido se encerra ao realizar os rituais fúnebres (velório, cortejo, oração, despedida final, enterro), viver o luto em memória do defunto e destacar sua memória por meio de monumentos funerários. Em diferentes níveis, com maior ou menor poder aquisitivo, esses são rituais básicos de uma boa morte.

O SILÊNCIO DA MORTE NOS SÉCULOS XX E XXI

Ao analisarmos os rituais de morte do século XX e das primeiras décadas do século XXI, é possível verificar duas situações: a primeira é o afastamento do moribundo, do morto, das decisões relativas à sua situação, e a segunda, o afastamento das comunidades e da família da organização dos rituais.

Philippe Ariès (2012), que organizou a história da morte no Ocidente, trouxe duas definições importantes a respeito das atitudes diante da morte: “morte domada”, verificada durante a Idade Média, em que os doentes e moribundos participavam e estavam ciente de sua difícil situação; e “morte invertida”, observada nas sociedades ocidentais a partir da metade do século XX, em que se identificava uma alienação relativa aos processos de morte. Mesmo recebendo críticas diante das generalizações presentes em seus escritos, o autor apresenta importantes pontos acerca da diminuição da participação do moribundo nas decisões que regem seu tratamento e traz reflexões pertinentes sobre a relação entre as sociedades e os rituais fúnebres.

Privado dos seus direitos, o doente é convencido pela família e pelo profissional de saúde que tudo está sendo feito da melhor maneira possível, devendo ele seguir as orientações da medicina, que reestabelecerá sua saúde e encurtará sua passagem pelo hospital. Entretanto, morre-se cada vez mais nos hospitais e, conseqüentemente, cada vez mais os moribundos são deixados sozinhos, sem a assistência de familiares no momento do passamento. O hospital é entendido como o local que proporcionará a morte digna

nos casos em que não há possibilidade de cura. Portanto, deixar o doente aos cuidados de terceiros é oferecer o que há de melhor, mesmo que o paciente prefira ficar em casa.

Falar em morte é provocar algo excepcional, é sempre dramático, e basta anunciá-la para causar constrangimentos, porque a morte foi expulsa do cotidiano e empurrada para o isolamento da unidade de terapia intensiva (UTI). A sociedade exige dos atingidos pelo luto a aceitação diante da dor, do infortúnio, o entendimento de que o melhor aconteceu, pois as “crises de desespero, gritos, lágrimas e as manifestações demasiado exaltadas, não auxiliam em nada e perturbam a serenidade” (ARIËS, 2012, p. 225).

Técnicas de embalsamamento, tanatopraxia (procedimento que consiste na preparação de um cadáver para o velório ou funeral), planos funerários e cremação são exemplos de serviços prestados por agências funerárias. Esses serviços ganharam espaço e diversificaram-se no decorrer dos séculos XX e XXI, destacando-se como importantes na gerência do difícil momento da morte. A necessidade de gerir o processo do passamento, a secularização dos atos, o fortalecimento da ciência e o progresso prometido pela razão contribuíram para a sua terceirização. Às famílias foi oferecido um serviço muito importante, a tranquilidade no momento mais turbulento, o da despedida.

Serviços funerários tornam-se a cada década mais presentes nos velórios, “profissionalizando” a morte, oferecendo mais e mais serviços, exclusividades e utilizando estratégias mercadológicas que ao longo do tempo acabaram por subtrair o defunto da família (RODRIGUES, 2006). A funerária encarrega-se de fechar um ciclo de silêncios que se inicia nos corredores dos hospitais, quando o moribundo é levado à UTI e não pode mais receber visitas. O ato científico e racional advindo da medicina tem a legitimidade do cuidado do corpo vivo, assim como o conhecimento profissional do agente funerário tem a legitimidade do cuidado do corpo morto, e ambos os grupos são amparados por legislações que reforçam o afastamento das famílias no trato com os corpos (CASTRO, 2013).

O processo que buscou civilizar os atos, corpos e mentes empurrou a morte para os bastidores, desnaturalizou a finitude, desumanizou a morte, e as consequências são sentidas no cotidiano conforme os exemplos citados. Não há espaço para a reflexão do tema, não se fala da morte de si, não se fala da morte do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se preciso aceitar a ideia da finitude que é natural e da efemeridade que é sublime para poder refletir acerca do nascimento, do desenvolvimento e da morte do corpo como acontecimentos inevitáveis e humanos e observar os rituais fúnebres, o cemitério e os monumentos funerários como construções sociais e culturais e extrair deles as reflexões e os ensinamentos que guardam.

Os permanentes autocontrole, individualismo e isolamento emocional são experimentados como uma muralha que bloqueia o afeto e outros sentimentos espontâneos que produziram seres humanos desconectados das realidades física e mental que os cercam (ELIAS, 2001). Corpos vivos e mortos controlados, mas mentes e almas vazias e aflitas. Por que não estamos preparados para o único evento de que todos os seres humanos têm certeza de que vão participar como personagem principal? Diante do exposto, acreditamos que o despreparo dos agrupamentos humanos atuais para a finitude está associado ao despreparo desses seres para viver a vida. Relações sociais superficiais, desejos castrados, exploração dos corpos e das mentes, sonhos postergados, angústias e anseios ante o futuro incerto são algumas características da vida vivida ao longo dos séculos XX e XXI e que podem auxiliar na formulação de uma ideia de resposta para a pergunta formulada.

A exigência de felicidade, alegria e juventude eternas presente nas relações sociais, nas redes sociais e no mundo virtual encontra resistência nos desequilíbrios cultural,

econômico, social e psíquico aos quais estamos subordinados. Esse encontro frustrado contribuiu ao longo das décadas para a coisificação do ser humano e das relações sociais, além de produzir corpos autocontrolados que não se permitem sentir, expressar e aproveitar a efemeridade da vida, que muito teria a ensinar. As dores da vida real são fortes demais para esses corpos frágeis, e a solução das angústias é encontrada em ansiolíticos, cirurgias plásticas, academias de ginástica e relações vazias que atendem provisoriamente às exigências da felicidade eterna.

Assim sendo, a morte é o momento da ruptura, do fim das ilusões, de encarar a dor e os desafios da vida real sem máscaras, ou seja, momento em que o autocontrole será colocado à prova e não se sustentará por muito tempo se o indivíduo não estiver de fato preparado para os desafios que se avizinham. E o preparo para a finitude dá-se pela experimentação, pela reflexão e pela aceitação de que somos finitos.

REFERÊNCIAS

ARIËS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz uma morte: atitudes fúnebres na trajetória da empresa funerária da família Haas de Blumenau**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CASTRO, Estevam de. **Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilação da matéria de tratamentos, e penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, e do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V, acrescentada da devoção de várias missas**. Lisboa: Oficina Miguel Menescal, 1627. Acervo da Biblioteca Nacional.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos: seguido de “envelhecer e morrer”**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2004.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luís Filipe de (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 96-175.

RODRIGUES, Claudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 255-272, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SCHMITT, Juliana. **Mortes vitorianas:** corpos, luto e vestuário. São Paulo: Alameda, 2010.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra:** o corpo e a cidade na civilização ocidental. São Paulo: Record, 1997.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto.** São Paulo: Editora da Unesp, 2010.